



## **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste Oeste**

**Data:** 28/05/2015

**Horário:** 14:00h às 17:00h

**Local:** Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU). Av. Álvares Cabral, 200. Centro. Belo Horizonte.

O Gerente de Coordenação de Políticas de Planejamento Urbano, Tiago Esteves, abre a reunião e inicia os trabalhos. Relata que a reunião anterior contou com uma divulgação mais ampla, em razão de demandas das audiências públicas, de modo que foram tratados vários assuntos e não foi possível pautar a gestão. Pede que hoje seja mantido o foco na questão da gestão e enfatiza que a Secretaria está aberta para discutir quaisquer questões em outras ocasiões. Aponta que, para a reunião de hoje, foi pensado um formato diferente, sem apresentações da equipe, passando-se direto para as falas dos participantes. Abre as inscrições de falas.

O Sr. Paulo lamenta que o IAB e o COMPUR, que participaram de forma intensa na reunião passada, não estejam presentes na reunião de hoje. Pontua que é necessário tomar cuidado para que os grupos gestores não fiquem como os conselhos urbanos. Aponta que acha importante que entidades técnicas participem da gestão, mas que não precisa ser necessariamente o IAB. Sugere que os grupos locais sejam compostos por moradores da área sem a exigência que façam parte de alguma associação de bairro. Diz que não compreende a presença do CAU, do IAB e da universidade no grupo gestor local. Enfatiza a necessidade da presença de apoio técnico nos grupos locais, para lidar com as pessoas que estão nas áreas, e que é fundamental pensar a representatividade apenas no grupo gestor geral.

Tiago Esteves pede esclarecimentos sobre a sugestão do Sr. Paulo acerca dos representantes dos moradores. Este último responde que todos devem ter direito a participar do grupo gestor, tanto membros de associação como não. Ressalta que a sua preocupação é que o suporte técnico seja dado por entidades, que têm interesses próprios.

A Sra. Dulcina pede esclarecimentos sobre a previsão legal da gestão da OUC e Tiago apresenta a proposta do grupo gestor local, composto por 4 representantes dos moradores, 1 dos usuários permanentes (movimentos sociais, vicariato, ONGs etc.), 1 dos proprietários, 1 dos comerciantes e 1 investidor, com apoio técnico do poder público, sem direito a voto.

O Sr. Paulo retoma sugestão feita anteriormente a respeito da inclusão da polícia e de assistentes sociais na gestão local dos programas. Tiago pondera que a polícia pode entrar como apoio técnico, porém que não faz sentido ela ter direito a voto. O Sr. Claude aponta a





necessidade de as Regionais participarem a todo momento da gestão local e a Izabel Dias reconhece que, até o momento, elas não haviam sido incluídas.

O Sr. Paulo enfatiza novamente a necessidade de não fazer os grupos de maneira tal que ocorra a mesma frustração sentida com relação aos conselhos urbanos e critica que, com a composição atualmente apresentada, o poder público sempre tem a maioria. Tiago esclarece que isso ocorre no grupo gestor geral, porém não é verdade para o local, e reconhece que é necessário pautar a atuação do Poder Executivo. Retoma as sugestões de incluir o apoio constante da polícia e de assistentes sociais e o Sr. Claude complementa apontando a importância de incluir também profissionais da saúde.

O Sr. Paulo enfatiza que é fundamental a presença de profissionais com a sensibilidade como a dos assistentes sociais, pois há grande presença de população em situação vulnerável na região. Pondera que a Sra. Magali ficou nervosa na reunião anterior porque a situação está desesperadora, e não porque ela é mal educada. Aponta que não é contra os conselhos, conforme sugerido pela Sra. Cláudia Pires na reunião anterior, pois os considera uma conquista importante. Esclarece que é contra a forma como esses conselhos funcionam atualmente, pois são aprovados projetos daqueles que têm articulação política.

O Sr. Frederico reflete que a implicância da população é com o poder público e não com os Conselhos. Aponta que acha importante que o grupo gestor tenha identificação com o local e independência de atuação, ao que a Sra. Teresa acrescenta a importância do reconhecimento local. Dessa forma, quando se propõe trazer muitos representantes do poder público para o grupo local, como polícia, assistentes sociais, profissionais da saúde, esta independência de atuação fica prejudicada, pois a presença de muitos técnicos do poder público pode inibir a fala da sociedade civil. O Sr. Frederico acrescenta que o grupo gestor local deve poder chamar pessoas para auxiliar, inclusive com a possibilidade de criar uma punição caso ninguém apareça, pois o agente público pode ser penalizado. Destaca, no entanto, que essas pessoas que poderão auxiliar no andamento dos trabalhos não precisam, necessariamente, compor o grupo gestor e podem ser acionados via demanda. Destaca que a luta nunca acaba, e que ela vai ir para o grupo gestor geral.

Questionou-se como os representantes vão se guarnecer, ao que a Sra. Teresa pontua os estatutos das associações de bairro abordam essa questão. O Sr. Claude ressalta que é importante que os grupos gestores locais tenham suporte técnico a todo momento, mesmo que seus representantes não tenham direito a voto. Acrescenta que o Poder Executivo não pode se ausentar e dizer que não sabia do que está sendo tratado nas reuniões, como tem acontecido atualmente em diversas situações.

A Sra. Eliana destaca que o setor comercial também deve ser incluído na discussão, pois o comércio gera empregos e, conseqüentemente, justiça social, pois, no seu entendimento, justiça social é todo mundo ter emprego. Desta forma, avalia que isolar um corredor





comercial, como foi feito na Avenida Pedro II, é um problema, por extremamente prejudicial para o comércio. O Sr. Paulo argumenta que a questão do corredor é uma realidade que deve ser aceita, pois a Avenida Antônio Carlos não será aterrada, apesar de, pessoalmente, ele não concordar urbanisticamente com a solução.

A Sra. Vanessa pondera que, enquanto arquiteta, não se considera técnica, mas teórica, pois é professora e doutoranda. Avalia que seu papel passa por participar, ler o material e dar contribuições. Considera que as entidades de classe têm peso e esclarece que não faz parte de nenhuma entidade. Pontua que o bairro Padre Eustáquio, onde ela mora, não tem associação, e questiona se, nessas condições, ela pode participar da gestão como moradora. A Sra. Teresa responde que não. Izabel esclarece que os bairros vão ter que se organizar nesse sentido, pois se o Estado permitir que moradores que não façam parte de associações participem da gestão, ele estará desincentivando a sociedade civil a se organizar. A Sra. Vanessa sugere que é necessário considerar a possibilidade de as pessoas participarem como voluntárias, mesmo que sejam técnicas, e pergunta se ela poderia prestar auxílio a representantes de associações. Tiago esclarece que sim e Izabel chama atenção ao fato que o Programa de Atendimento Econômico e Social (PAES) da OUC prevê um Escritório Local para cada programa, composto por uma equipe multidisciplinar da Prefeitura para apoio à execução dos projetos. O Sr. Paulo ressalta que deve ficar claro que o Escritório Local dá apoio à execução e não à elaboração dos projetos.

Izabel retoma a questão levantada pelo Sr. Claude a respeito da necessidade de vincular o poder público, reconhecendo entender a demanda, porém ponderando que é importante não inchar os grupos gestores, pois eles podem ser dominados pelo discurso dos técnicos, mesmo que eles não tenham voto. Aponta que os Escritórios Locais podem prestar apoio aos grupos gestores locais. Argumenta que um dos grandes problemas dos conselhos é que a lei enrijece demais a sua atuação, de modo que não tem muito o que discutir. Para evitar esse problema, explica que a ideia para os grupos gestores é definir o básico na lei geral da OUC e deixar margem de escolha para que as decisões de gestão sejam feitas.

A Sra. Dulcina sugere que a OAB também tenha representantes nos grupos gestores para dar auxílio técnico.

O Sr. Frederico pontua que há uma lei federal que define que é necessário priorizar o transporte público não motorizado e que, por uma conjuntura internacional, a bicicleta tem sido priorizada nesse quesito. Conta que tem uma discussão crítica em torno do fato de o Município de São Paulo ter feito várias ciclovias sem consultar a população a respeito. Pondera que, juridicamente, por um lado, a crítica está correta, pois o planejamento tem que ser participativo, porém, por outro lado, o Estado tem o papel de induzir mudanças de conduta. O grupo gestor vai ser um momento de embate para discutir esse tipo de questão. A Sra. Eliana lamenta que sempre se olhe para o exemplo de outras cidades do mundo e copie apenas o que está na parte de cima, como é o caso das ciclovias, e que não se copie também a parte de





baixo: aponta que é necessário começar “pela fundação e não pelo telhado”, de forma que é necessário começar pelo metrô.

A Sra. Andréa retoma a discussão dos Escritórios Locais e do Poder Público como instância consultiva. Enfatiza que as políticas setoriais vão continuar ocorrendo e lembra que a operação urbana irá acontecer em etapas. Nesse sentido, destaca a importância das políticas setoriais, até mesmo para preparar as áreas para receber a OUC.

A Sra. Eliana aponta que o polo moveleiro emprega cerca de 6 mil trabalhadores e que é um corredor tradicional que deveria ser tombado. Aponta que o que está sendo proposto para a área já está pronto, pois a comunidade já está organizada e é um exemplo de economia criativa.

A Sra. Teresa avalia que a OUC ACLO está sendo discutida há sete meses e que os avanços foram poucos, apesar de ser uma experiência democrática nova e interessante. Quer discutir como vai ser a composição do primeiro grupo gestor e defende que a sua trajetória justifica a sua presença, pois está participando desde o começo. Assinala que em breve vão começar a aparecer pessoas que nunca participaram e vão querer compor o grupo gestor e defende que a resposta deve ser “não”, pois os primeiros devem ser aqueles que já vêm acompanhando a discussão. O Sr. Claude aponta que tal determinação soaria como antidemocrática para o pessoal dos Direitos Humanos. O Sr. Paulo sintetiza que a questão principal é como vai se dar a escolha dos membros dos grupos gestores e Tiago complementa que são duas coisas que devem ser levadas em consideração: quem pode se candidatar e como as eleições serão feitas. A Sra. Dulcina pergunta se será necessário pertencer a uma associação com CNPJ para se candidatar e o Sr. Claude responde que sim, na sua avaliação. A Sra. Teresa esclarece que quer saber como vai ser, pois podem aparecer associações que existem há um mês apresentando candidatos e questiona se isso é justo. Levanta também o problema da cooptação de associações por vereadores e pelo prefeito.

A Sra. Dulcina pergunta onde é possível protocolar o posicionamento das associações com relação à OUC e o Tiago esclarece que isso deve ser feito na própria SMAPU. A Sra. Teresa diz que não vai protocolar esse posicionamento, pois está discutindo a questão em um espaço democrático criado para isso. Mencionou-se que é importante protocolar esse posicionamento e que a equipe, como parte do Poder Executivo, tem a obrigação de criar mecanismos para proteger o cidadão, dando garantias a eles.

Izabel retoma a questão da composição dos grupos gestores, ponderando que as definições que estão sendo discutidas podem ser usadas para o bem e para o mal, pois, por exemplo, uma associação que tem mais tempo de existência não necessariamente tem legitimidade para representar um bairro. A Sra. Teresa atenta ao fato que não basta determinar que deve haver quatro representantes de associações no grupo gestor, é necessário criar condições para isso,





pois se todos os 99 bairros envolvidos na OUC não tiverem associações isso pode virar um problema na Câmara.

Tiago levanta a questão das condições de candidatura e de direito de voto para as eleições dos grupos gestores. Destaca que muitas dessas questões não serão determinadas pela lei da OUC, pois serão definidas em regulamento futuro, para não engessar as condições por meio da lei. Pontua que, a princípio, para se candidatar é necessário ser membro de uma associação de bairro com, por exemplo, um número mínimo de assinaturas, mas que não deve estar na lei o seu tempo de existência. A Sra. Teresa pondera que tem que haver flexibilização sim, mas avalia que em um bairro como a Lagoinha, onde já há oito associações de bairro, a candidatura de uma associação com pouco tempo de existência não deveria ser possível, ao contrário de casos semelhantes ao do bairro Padre Eustáquio, onde não há associações ainda. Declara que essa é uma conversa política pesada que deve acontecer em um outro momento, junto de outras associações. É sugerido que os nomes constantes nas listas de presença dos participantes nas reuniões sobre a OUC sejam considerados como prioritários para a composição dos grupos gestores. Izabel responde que isso não pode ser feito, pois a mobilização para as reuniões não foi feita com esse objetivo. Tiago apresenta a ideia de que o critério de votação seja o título eleitoral, ao passo que o Sr. Claude discorda, apontando que é francês, mas que mora no Brasil há 63 anos, de modo que se considera no direito de votar, e sugere que a verificação se dê por comprovante de moradia.

A Sra. Lourdes sugere que seja feita a capacitação das pessoas interessadas para que elas se tornem aptas a se candidatar, para que a pessoa saiba para que está se candidatando. O Sr. Claude concorda com a sugestão e diz que é necessário exigir o mínimo de 90% de frequência, e não 60% como foi na IV Conferência Municipal de Política Urbana.

A Sra. Cláudia Pires aponta que o projeto da OUC é de longo prazo, ao passo que as gestões da Prefeitura são de curto prazo, de forma que é necessário formar uma autarquia de planejamento que não tenha vínculo com a estrutura administrativa de governo. Ressalta o fato de que os Grupos Gestores terão CNPJ, podendo ser legalmente responsabilizados por suas decisões. Cláudia Pires critica o fato das universidades, que são instituições assim como o IAB e CAU, estarem sendo vistas como membros desinteressados, enquanto a participação das entidades de classe no Grupo Gestor estar sendo vista com maus olhos. A Sra. Cláudia enfatiza que é necessário criar vínculo com o Estatuto da Cidade e não desinstitucionalizar o papel das entidades técnicas nos grupos locais. Izabel sugere que as entidades técnicas prestem assistência técnica nos grupos gestores locais nos mesmos moldes do poder público. A Sra. Lourdes levanta a questão que o grupo que está assessorando pode influenciar os votos dos membros dos grupos gestores e a Sra. Cláudia pondera que isso pode ocorrer em qualquer situação, mesmo que não ocorra a assessoria, e atenta à importância que as entidades prestem assessoria, e não indivíduos. A Sra. Vanessa destaca que a cooptação das associações é um problema relevante, que deve ser levado em consideração e aponta que no início da







reunião havia sido discutido que as entidades prestariam apoio técnico apenas no grupo gestor geral, e que no local seriam indivíduos assessorando, a não ser que seja pedida assessoria específica a alguma entidade. A Sra. Teresa concorda que a presença das entidades nos grupos gestores locais se dê por demanda de assistência técnica. A Sra. Vanessa aponta que a proposta da Sra. Cláudia é que as entidades estejam constantemente acompanhando os grupos locais. Izabel retoma a proposta feita nas audiências públicas que as entidades de classe tivessem duas cadeiras nos grupos gestores locais e avalia que agora há o consenso que sua presença se dê sem voto, assim como o poder público.

O Sr. Gladstone divide sua preocupação com a composição dos grupos gestores locais, por não estarem presentes neles os movimentos sociais por moradia, apenas movimentos sociais de atuação local. Izabel destaca que os movimentos por habitação podem ficar no grupo gestor geral e que os grupos locais vão deliberar sobre 10% dos recursos, chamando atenção ao fato que são várias as instâncias de decisão e que em muitos aspectos o grupo gestor geral fará definições que vão limitar a atuação dos grupos locais.

A Sra. Eliana pergunta se, assim como o poder público pode recuperar a valorização imobiliária, se o cidadão pode recuperar a desvalorização em razão das intervenções. Izabel responde que isso pode ser discutido judicialmente. O Sr. Paulo destaca que o projeto da OUC pode ter um papel muito importante na valorização de imóveis e que esse, inclusive, é um dos problemas que a equipe está encarando. A Sra. Eliana destaca a importância que a possibilidade de recuperação se dê para os dois lados, pois não é justo sobretaxar os indivíduos quando seu terreno está desvalorizando, como é o caso dos imóveis da Avenida Pedro II, que se desvalorizaram.

A Sra. Dulcina sugere que seja feita uma reunião paralela da sociedade civil, para que os pontos sejam discutidos e sejam trazidas ideias para próxima reunião. A Sra. Teresa discorda da sugestão, argumentando ser este o espaço democrático de discussão, onde ela se sente confortável para compartilhar suas ideias, e acrescenta que, na sua experiência, reuniões paralelas não funcionam.

Foi determinado, por consenso do grupo, que a próxima reunião será na terça-feira dia 02 de junho, para dar sequência às discussões sem demora.

O Sr. Frederico sugere que os participantes leiam os slides 14, 15, 17 e 18 da apresentação enviada por e-mail, para estudar a composição e as competências propostas para os grupos gestores, para que todos cheguem preparados para a próxima reunião. Divulga o site do grupo de pesquisa Indisciplinar, onde há o histórico da OUC, bem como críticas elaboradas pelo grupo. Sugere também que seja pesquisada a OUC Água Branca, de São Paulo, pois ela tem várias soluções interessantes sobre a composição de grupos gestores.





Tiago encerra a reunião, confirmando a reunião na próxima terça-feira, que vai pautar a composição e as atribuições dos grupos gestores, começando pelo grupo gestor geral, que não foi abordado na reunião de hoje.

